



Eixo Temático

5. Administração das escolas do campo

Título

GESTÃO PÚBLICA DAS ESCOLAS DO CAMPO NO AMAZONAS: O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS

Autora

Waldileia do Socorro Cardoso Pereira

Instituição

Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED/ Instituto Federal Do Amazonas – IFAM/ Universidade Federal do Amazonas - UFAM

E-mail

labanga_manaus@hotmail.com

Palavras-chave

Gestão Pública; Educação do Campo; Escola da Terra; Formação Continuada e Gestão Pública.

Resumo

O texto busca socializar pesquisa em andamento desenvolvida na especialização em Educação do Campo, essa experiência está sendo vivenciada na formação continuada de professores de áreas do campo do município de Manaus por meio de curso de aperfeiçoamento Escola da Terra. O Objetivo da pesquisa é identificar o impacto das ações do curso, enquanto Política pública nas comunidades e no processo de aprendizagem dos alunos. O problema identificado trata-se das dificuldades na formação de professores para Educação do Campo e atendimento nas salas multisseriadas. Definimos como método orientador a pesquisa-ação qual busca transformar e superar coletivamente lacunas no processo pesquisado. O curso denominado Escola da Terra faz parte do eixo I gestão e práticas pedagógicas no Programa Nacional para Educação do Campo (PRONACAMPO) que tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente os entes federados na melhoria da política nacional de Educação do Campo por meio de ampliação do acesso e permanência na escola, qualificação na infraestrutura escolar, formação inicial e continuada de professores além de material didático para as escolas do campo e quilombola. O

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Programa Escola da Terra responde ao cumprimento das Diretrizes Nacionais da Educação Básica e das Metas do Plano Nacional de Educação 2014 (PNE). Trata-se de parceria entre o MEC - Ministério da Educação por meio da SECADI – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, da SEDUC – Secretaria Estadual de Educação, UFAM – Universidade Federal do Amazonas e SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Manaus por meio da Divisão de Ensino Fundamental (DEF) e Divisão Distrital Zona Rural (DDZ). Em Manaus o programa envolve **56** escolas municipais da área rodoviária (AM 010 e BR 174) e ribeirinhas (rio Negro e Amazonas) com **67** professores de **63** salas multisseriadas, **4** tutores, **1** interlocutora e cerca de **8.236** alunos em **56** comunidades. Todo processo tem oferecido oportunidade aos professores de dialogar sobre a identidade e fazer pedagógico no campo diante de todas as diversidades e adversidades que existem nesse contexto

Abstract

The text search socialize ongoing research developed specialization in Rural Education, this experience is being experienced in the continuing education of teachers in the field areas of the municipality of Manaus through improvement course Earth School. The goal is to identify the impact of the actions of course, as a public policy communities and the students' learning process. The problem identified it is the difficulties in training teachers for Rural Education and care in multigrade rooms. Defined as a guiding method action research which seeks to transform and collectively address gaps in the process researched. The course called Earth School is part of the axis I management and teaching practices in the National Programme for Rural Education (PRONACAMPO) that aims to support technically and financially the federated entities in improving the national policy of Field Education through expansion of access and permanence in school, in school infrastructure qualification, initial and ongoing training of teachers as well as educational materials for rural schools and maroon. The Earth School Programme responds to the fulfillment of Basic Education and the Goals of the National Education Plan 2014 (PNE) National Guidelines. It is a partnership between the MEC - Ministry of Education through SECADI - Department of Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion, the SEDUC - State Department of Education, UFAM - Federal University of Amazonas and SEMED - Municipal Secretariat of Education Manaus through the Division of Elementary Education (DEF) Division and District Rural Zone (DDZ). In Manaus, the program involves 56 municipal schools in the road area (AM 010 and BR 174) and riparian (river Negro and Amazon) with 67 teachers of multigrade 63 rooms, four tutors, one interlocutor and about 8,236 students in 56 communities. Every process has provided an opportunity for teachers to dialogue about identity and make teaching in the field before all the diversities and adversities that exist in this context

Keywords: Rural Education. Earth school. Teacher training. Public management.



Texto Completo

O presente texto busca socializar elementos importantes identificados na experiência de interlocução e acompanhamento de processo de formação continuada e aperfeiçoamento de professores de salas multisseriadas das escolas do campo do município de Manaus. Nossa participação é intencional visto que, esse é o objeto de pesquisa que estamos desenvolvendo na formação lato senso em Educação do Campo. O Objetivo da pesquisa é identificar o impacto das ações da Escola da Terra, enquanto Política pública e cumprimento do Plano Nacional de Educação, nas comunidades e no processo de aprendizagem dos alunos. O problema identificado trata-se das dificuldades na formação de professores para Educação do Campo e o atendimento nas salas multisseriadas. O método orientador definido é pesquisa-ação que segundo Ghedin (2008) busca transformar e superar lacunas no processo pesquisado produzindo a geração de um saber compartilhado. Nossa participação, enquanto interlocutora, no curso de aperfeiçoamento Escola da Terra e no assessoramento pedagógico nas 88 escolas do campo, por meio da Divisão de Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, está servindo como base da pesquisa iniciada para especialização em Educação do Campo Amazônico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

O curso de aperfeiçoamento dos professores do campo em Manaus se efetiva por meio de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED). Todo processo envolve 01 coordenadora estadual pela SEDUC, 02 coordenadoras da UFAM, professores formadores pela UFAM, 01 Interlocutora pela SEMED que acompanha os tutores e professores na formação, 56 escolas municipais da área rodoviária e ribeirinha que atuam com 67 professores em salas multisseriadas, 04 tutores que acompanham os professores no tempo escola-comunidade e atendem cerca de **8.236** estudantes, todos estes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas de área rural rodoviária e ribeirinha no município de Manaus/Amazonas.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O programa Escola da Terra representa o cumprimento pela Secretaria Municipal de Educação das orientações definidas pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo de acordo com Resolução do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica de número 01 de 03 de Abril de 2002, das Diretrizes Nacionais da Educação Básica, do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13.005 do CNE/CEB de 2014, da Resolução de número 02 de 28 de Abril de 2008 instituída pelo CNE/CEB qual estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação básica do Campo. Com esse intento a secretaria tem oferecido oportunidade aos professores de dialogar sobre a identidade assim como do fazer ou do trabalho do professor do campo, diante de todas as diversidades e adversidades que existem nesse contexto.

A Escola da Terra faz parte das ações do eixo I - gestão e práticas pedagógicas inserido no PRONACAMPO – Programa Nacional para Educação do Campo. Esse eixo tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente os entes federados na melhoria da política nacional de Educação do Campo por meio de várias ações como ampliação do acesso e permanência na escola, melhoria da qualidade na infraestrutura da escola, formação inicial e continuada de professores das escolas do Campo, além de material didático específico para as escolas do campo também das escolas quilombola.

Nossa participação enquanto interlocutora do processo tem possibilitado maior aproximação da realidade da educação no campo, analisando e refletindo em busca de fortalecer a identidade, o trabalho do professor do campo, melhorar aprendizagem dos alunos entre outros. A atenção para o fato se fortaleceu desde 2010 na participação como formadora da Secretaria Municipal em cursos de formação continuada para professores em áreas ribeirinhas e de assentamento e como docente do curso de Pedagogia trabalhando a disciplina Educação do Campo. Suscitou-nos entender que é preciso ter como um dos objetivos da pesquisa analisar questões voltadas para o protagonismo das populações do campo amazônico, para construção da identidade do professor do campo, para as dificuldades no fazer pedagógico tanto nas escolas de comunidades ribeirinhas, quanto de assentamento.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Outro ponto importante no que concerne as Políticas Públicas de educação é identificar quais os reais impactos desse esforço na comunidade onde a escola está inserida. Considerando que as questões referentes à Educação do Campo se constituem verdadeiro caleidoscópio uma vez que nenhuma realidade é igual à outra, cada aspecto da pesquisa exige desse modo um olhar especial. O estudo em andamento se justifica como oportunidade de desvelamento e enfrentamento de situações que podem estar despercebidas no modo como as Políticas Públicas para Educação no e do campo estão sendo conduzidas.

O Programa Nacional de Educação do Campo: Identidade e Finalidade

O Programa Nacional de Educação do Campo tem sua identidade definida ao ser instituído nacionalmente pela Portaria número 86 de 01 de fevereiro de 2013, se organizou a partir do Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em resposta as demandas forjadas pelos movimentos sociais que desde 1998 com a realização das Conferências Nacionais por uma Educação do Campo vem trazendo para pauta nacional as questões não somente da luta pela terra, mas, da educação como direito social para afirmação da identidade e melhoria na vida dos sujeitos do campo. O Grupo de Trabalho é formado por membros do Conselho de secretários Estaduais de Educação (CONSED) além de membros da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) de membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), membros da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) membros das Universidades de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A iniciativa faz parte da política pública que busca apoiar técnica e financeiramente os entes federados, Estados, Distrito Federal e Municípios para implantação e permanência da Política de Educação do e no Campo com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Secretaria da Educação

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Básica (SEB), da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional Educação Superior (CAPES). Algumas frentes de luta pelos direitos das populações do campo como Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS) também tem contribuído nesse intento.

Todo o processo tem em vista à ampliação do acesso e permanência da população do campo ao sistema público da Educação Básica de qualidade, também oferecer acesso para essa população a educação superior. Trata-se de ressignificar e desenvolver novos conceitos sobre a formação educacional e humana dos sujeitos do campo. Trata-se de um processo de restituição de direitos negados historicamente. As estratégias incluem melhoria da infraestrutura das escolas nas redes públicas de ensino, investimento na formação inicial e continuada de professores das escolas em áreas do campo, a produção e a disponibilização de material didático com a especificidade aos estudantes e professores do campo e de escolas quilombola.

A finalidade do PRONACAMPO é contemplar todas as etapas e modalidades de ensino nesse processo. As ações do Programa se organizam a partir de 04 (quatro) eixos, a saber; Eixo I: Gestão e Práticas Pedagógicas, Eixo II: Formação inicial e continuada de professores, Eixo III: Educação de Jovens e adultos e Educação Profissional, Eixo IV: Infraestrutura Física e tecnológica. Nesse sentido, os trabalhos a serem realizados no Eixo I Gestão e Práticas Pedagógicas envolve produção de livros didáticos para ser usado nas turmas dos anos iniciais (1º ao 5º) do Ensino Fundamental por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo), também, inclui o fornecimento de obras contendo conteúdos específicos para as escolas do campo e de comunidades quilombolas.

Outras ações realizadas são; o Programa Nacional de Bibliotecas nas escolas que impulsiona o acesso dos alunos a leitura, o Programa Mais Educação que apoia no reforço escolar sendo realizado no contra turno do aluno, está previsto também a inclusão das escolas denominadas de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS) no âmbito do Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), e ainda o que nos impulsiona na pesquisa que é o fortalecimento das



escolas do campo e quilombolas por meio de curso de aperfeiçoamento aos professores que atendem as salas multisseriadas nos anos iniciais (1º ao 5º) então denominado de Escola da Terra.

Aspectos Importantes sobre as Populações do Campo

Para entendermos a importância do PRONACAMPO e da formação Escola da Terra é preciso primeiro entender o contexto das populações do campo brasileiro e amazônico. O percurso histórico das populações do campo no Brasil nos remete a um passado de luto e lutas, luto por ter inexistido respeito e valorização à natureza e dignidade humana de tais populações por longo tempo e lutas por ter sido iniciado, a partir dos movimentos sociais e de educadores engajados, articulações e debates em torno do tema surgem a partir da década de 30 no próprio debate sobre a educação pública e organização democrática da escola impulsionado pela tendência escolanovista.

Organizações sociais como os Movimentos de Educação Popular (MEP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Confederação dos trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura (CONTAG) que desde os anos 60 tem buscado efetivar na pauta nacional os direitos negados as populações do campo especialmente a Educação do Campo, além desses o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPTE), o coletivo Todos por Uma Educação do Campo, os Encontros Nacionais de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) entre outros tem formado uma articulação que busca legitimar Políticas Públicas que atendam as demandas sociais, culturais, econômicas e da educação nas comunidades.

Busca-se legitimar na prática o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/1996 se assegura que haverá oferta da Educação Básica para a população do campo, de modo que os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região, no Brasil temos seis Biomas (mata atlântica, cerrado, floresta amazônica, pantanal, caatinga, campos). A lei também ressalta que os conteúdos curriculares e metodologias serão apropriados às reais necessidades e interesses dos estudantes das áreas do campo e a organização escolar poderá ser própria, incluindo adequação do calendário escolar às



fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e por fim adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Nesse sentido, entendendo o processo educacional como ferramenta de ascensão social e humana dos sujeitos como afirma Freire (2001) a escola nas comunidades rurais precisa se constituir em espaço de empoderamento das populações através do conhecimento, da legitimação de seus direitos pela organização coletiva que pode surgir em seu espaço. Segundo Gramsci a escola se caracteriza como (2001, p. 19) “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”, ou seja, as pessoas que poderão estar à frente das organizações de governança ou liderança passam pelo chão da escola para se empoderar dos saberes legados pela sociedade para então utiliza-los a favor das lutas sociais. Segundo Borges (2007, p. 100) “... a escola do campo envolve compromisso com todos, dos governantes por meio de Políticas Públicas, dos movimentos sociais, da comunidade, dos educadores educadoras e educandos”, sem a necessária junção de forças e ideias e ideias munidos pela coletividade torna-se difícil à elaboração, legitimação e prática educacional que prime pela transformação social e dignidade humana das populações do campo ou de qualquer outra população. Para Freire (2004) os povos oprimidos precisam de uma Pedagogia do oprimido ou aquela construída a partir das relações intra e interpessoais dos sujeitos consigo, com o outro e com o mundo.

A Educação do Campo na perspectiva do diálogo pode desmistificar o discurso que por muito tempo apresentou a população do campo como inferior a urbana, assim também por meio do diálogo os sujeitos se reconhecem fazedores da sua história com direitos inegáveis. Na busca pelos direitos, a proposta apresentada na Pedagogia do Oprimido expressa esse olhar, pois para Freire (2004) diz respeito à idéia da liberdade para os seres humanos, dialeticamente o ser humano nasce condenado à busca da liberdade como afirma a filosofia existencialista, nada é dado tudo está por vir.

As conquistas e descobertas sempre estiveram moldadas num sentido de aquisição de certo gosto de liberdade que na verdade, também é contraditório, pois as conquistas e descobertas apresentam-se emaranhadas pela sutileza do poder, o que sempre precisa de um suporte para sua sustentação, ou seja, precisa estar sufocando ou



oprimindo outra realidade ou outro ser. O processo educativo no campo enquanto necessidade na construção da luta por liberdade e dignidade, no olhar de Freire (2004), se apresenta como possibilitador da emancipação dos sujeitos a partir da prática pedagógica transformadora no caminho para o entendimento dos sujeitos sobre sua relação com o mundo, com os sistemas que permeiam a sua realidade de maneira filosófica, epistemológica e política.

Entendemos que a Pedagogia do Oprimido destaca a contradição existente no processo de superação opressor-oprimido, como expressa Freire (2004, p.30) “e esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-lá, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos”, entendendo cada um como parte da história tão importante quanto o que se sobressai por algum fator ou habilidade relevante. Nesse processo de libertação a organização das lutas que se fortalecem a partir de movimentos sociais na visão de Arroyo, Caldart e Molina (2004) leva para o chão da escola, muitas vezes de terra batida e sem estrutura física nenhuma, as questões da luta popular como pauta no planejamento pedagógico evocando o que existe para além do muro da escola ou de sua cerca, imprime a superação de valores estáticos e arcaicos por uma Pedagogia da Terra, do movimento, da Alternância, da sustentabilidade socioambiental.

A Organização do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra na Parceria SEDUC/UFAM/SEMED Manaus

Em cumprimento a Portaria de número 519 de 19 de Julho de 2013 que estabeleceu o Programa Escola da Terra, a Secretaria Municipal de Educação fez adesão para celebração de parceria junto a Universidade Federal do Amazonas e coordenação da Educação do campo na Secretaria Estadual de Educação para realizar as formações com os professores. O curso de aperfeiçoamento Escola da Terra está sendo coordenado pela Secretaria Estadual de Educação e execução da formação pela Universidade Federal do Amazonas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de



Educação (PPGE/FACED). Essa formação no estado do Amazonas vem sendo desenvolvida nas secretarias municipais de educação em 18 (dezoito) municípios.

Em seu Artigo 2º o Programa definiu os seus objetivos, a saber, promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas; e oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas. O Art. 3º salienta que para implementação do Programa Federal Escola da Terra, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as instituições públicas de ensino superior envolvido deverão celebrar Termo de Adesão com o Ministério da Educação, a fim de receber o apoio técnico e financeiro necessário aos respectivos sistemas de ensino.

O Art. 4º destaca os componentes do Programa Escola da Terra tais como; a formação continuada e acompanhada dos professores que atuam em escolas do campo, nos anos iniciais do ensino fundamental 1º ao 5º ano cujas turmas são compostas por estudantes de varias idades. O programa também atende escolas de comunidades quilombolas apesar de que no município de Manaus não há registro de escola quilombola na Secretaria Municipal. O diferencial no processo da Escola da Terra em Manaus é que os tutores são professores responsáveis pela assessoria pedagógica a essas escolas assim como a interlocutora também é encarregada de assessorar as escolas do campo. As estratégias da formação se subdividem em materiais didáticos e pedagógicos, monitoramento, avaliação e gestão, controle e mobilização social.

Para o acompanhamento do processo no ambito pedagógico e de gestão, a equipe está constituída conforme citado acima, de coordenadora estadual, uma interlocutora e quatro tutores municipais das redes de ensino, todos escolhidos por seleção pública. O Ministério da Educação intermediado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI que de acordo com a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, trata da concessão de bolsas de estudo, vem conceder bolsas de estudo para o coordenador estadual e para os tutores, estes tem a função de acompanhar e orientar os professores no tempo escola-comunidade. Esse recurso é concedido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

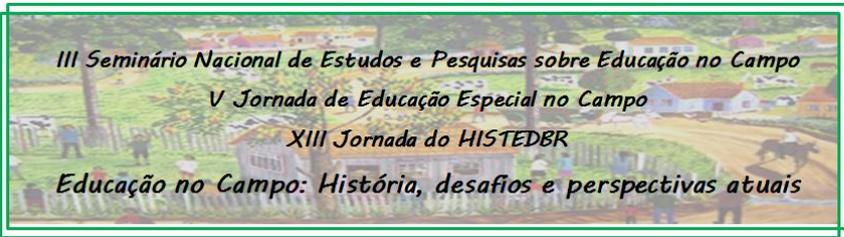


No Art. 5º do Programa afirma-se que a formação continuada de professores caracteriza-se por curso de aperfeiçoamento para todos os professores e tutores com Carga horária mínima de 180 horas, devendo ser divididas em dois períodos formativos. A metodologia segue o modelo pedagogia da Alternância cuja caracterização ocorre com a participação dos professores nas aulas ministradas na universidade denominado Tempo-universidade e o desdobramento de ações na escola denominado de Tempo escola-comunidade.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de ações das formações.

| Mês | Data | Atividades |
|----------------------|---------------|---|
| Abril 2014 | 24,25 e 26 | Tempo Universidade: estudo compartilhado sobre Agricultura Familiar, Agroecologia e Alfabetização Ecológica na Educação do Campo com Professores (as) Formadores (as) |
| | 27/04 a 22/05 | Tempo Comunidade: Atividade de Pesquisa do 1º Eixo temático Acompanhamento dos Tutores |
| Mai 2014 | 22, 23 e 24 | Tempo Universidade: Desenvolvimento Sustentável e Fundamentos da Economia Solidária na Educação do Campo com formadores |
| | 25/05 a 30/06 | Tempo Comunidade: Atividade de Pesquisa do 2º Eixo temático – Acompanhamento dos Tutores |
| Agosto 2014 | 04 e 05 | Tempo Universidade: Cultura, Trabalho, Educação, Subjetividade e Identidade no Campo atividade com os(as) professores(as) formadores(as) |
| | 06/08 a 29/09 | Tempo Comunidade: Atividade de Pesquisa e Partilhas do Saber do 3º Eixo temático Acompanhamento dos Tutores |
| Setembro 2014 | 29/09 | I Seminário Integrador: socialização dos trabalhos desenvolvidos sobre a escola e comunidade, aspectos |

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



| | | |
|-------------------------|--------------------------|---|
| Outubro 2014 | 30/09 a 29/10 | socioambientais, culturais econômicos. Tempo Comunidade: Atividade de pesquisa e Partilhas do Saber do 2º Eixo temático do eixo articulador Escola do Campo e sua Práxis – Acompanhamento dos Tutores Tempo Universidade: Concepção de Ensino e Pesquisa na Formação de Professores do Campo na Amazônia Professores (as) Formadores (as). Tempo Comunidade: Atividade de Pesquisa e Partilhas do Saber do 3º Eixo Temático do Eixo Articulador Escola do Campo e sua Práxis. |
| | Novembro 2014 03 a 05/11 | Tempo Universidade: Concepção de Ensino e Pesquisa na Formação de Professores do Campo na Amazônia |

Fonte: Pereira, 2014. Relatório da formação Escola da Terra/SEMED/DEF 2014.

As escolas localizadas nas áreas rurais a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002) passam a denominarem-se escolas do campo, segundo Borges (2007) essa denominação abrange as populações ribeirinhas, camponesas, quilombolas, assentados, indígenas e outras populações que residam em áreas não urbanas. O quadro geral das escolas que estão participando do processo com quantitativo de professores, localização geográfica e código da escola no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) já expõe a regionalização territorial e especificidades locais das escolas do campo amazônico, observando que a maioria das escolas está localizada em comunidades ribeirinhas do rio Negro e rio Amazonas conforme quadro abaixo;

| QUADRO GERAL DAS ESCOLAS DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA | | | | |
|--|----------------|----------------------------|---|--------------|
| Esferas | Código do INEP | Nome da escola | Número de Professores identificados Conforme Censo 2012 | Localização |
| Manaus | 13089307 | Esc. Mun. Nossa Senhora de | 4 | Rio Amazonas |

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

| | | | | |
|--------|----------|---------------------------------|---|--------------|
| | | Nazaré. | | |
| Manaus | 13058690 | Esc. Mul Santo Antonio. | 3 | Rodoviária |
| | | Esc. Mul Prof. Paulo Cesar da | | |
| Manaus | 13081780 | Silva. | 3 | Rio Negro |
| Manaus | 13029886 | Esc. Mul São Sebastião I | 2 | Rio Negro |
| Manaus | 13028812 | Esc. Mul Manoel Adriano. | 2 | Rodoviária |
| Manaus | 13093665 | Esc. Mul Raul Pompeia. | 1 | Rio Negro |
| | | Esc. Mul Antonio Lima | | |
| Manaus | 13096974 | Rodrigues. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13093711 | Esc. Mul Pedro Dias Silva. | 1 | Rodoviária |
| Manaus | 13028081 | Esc. Mul Estrela da Manhã. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13029592 | Esc. Mul Santa Luzia. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029347 | Esc. Mul São Francisco. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029843 | Esc. Mul Santo Antonio. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13029495 | Esc. Mul São Pedro. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028189 | Esc. Mul Mario Palmerio. | 1 | Rio Negro |
| | | Esc. Mul Nossa Senhora das | | |
| Manaus | 13028910 | Graças. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028383 | Esc. Mul Bom Jesus. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029436 | Esc. Mul São Luiz de Gonzaga. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029401 | Esc. Mul São Jose. | 1 | Rodoviária |
| Manaus | 13029398 | Esc. Mul São Jose II. | 1 | Rio Negro |
| | | Esc. Mul Nossa Senhora do | | |
| Manaus | 13031252 | Carmo. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028880 | Esc. Mul Monte Sinai. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13076949 | Esc. Mul São Salvador. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028529 | Esc. Mul Ebenezer. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13031406 | Esc. Mul São Lazaro. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029800 | Esc. Mul Vista Alegre. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028391 | Esc. Mul Manoel Chagas. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13093606 | Esc. Mu Luis Alberto Castelo. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13306235 | Esc. Mul Jose Euclides Costa A. | 1 | Rodoviária |
| Manaus | 13029355 | Esc. Mul São João. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13031309 | Esc. Mul Divino Espírito Santo. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13093630 | Esc. Mul Silvio Romero. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13067214 | Esc. Mul Paulo Freire. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13093614 | Esc. Mul Francisco Orellana. | 1 | Rio Amazonas |
| | | Esc. Mul Profa Lucia Cabral | | |
| Manaus | 13098667 | Bessa. | 1 | Rodoviária |
| | | Esc. Mul Eptácio Nunes da | | |
| Manaus | 13096567 | Fonseca. | 1 | Rodoviária |
| | | Esc. Mul Jose Antonio Franca | | |
| Manaus | 13098578 | Silva. | 1 | Rodoviária |
| Manaus | 13093622 | Esc. Mul Figueiredo Pimentel. | 1 | Rio Negro |

| | | | | |
|--------|----------|---------------------------------|----|--------------|
| Manaus | 13028944 | Esc. Mul Nossa Senhora da Paz. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028413 | Esc. Mul Canaã II. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13031295 | Esc. Mul Arthur Virgilio Filho. | 1 | Rodoviária |
| | | Esc. Mul Prof Manuel da Silva | | |
| Manaus | 13031244 | Bahia. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13028421 | Esc. Mul Canaã I. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029606 | Esc. Mul Santa Rosa II. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029533 | Esc. Mul São Sebastião II. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13059009 | Esc. Mul São Raimundo. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13028103 | Esc. Mul Francisco Diogo. | 1 | Rio Negro |
| | | Esc. Mul Profa Zilda Iracema | | |
| Manaus | 13096257 | Melgueiro Nunes. | 1 | Rodoviária |
| Manaus | 13160206 | Esc. Mul Raimunda Brasil. | 1 | Rio Negro |
| | | Esc. Profa Dian Kelly do | | |
| Manaus | 13098560 | Nascimento Mota. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13093720 | Esc. Mul Profª Oscarina Falcão. | 1 | Rodoviária |
| | | Esc. Mul Ruth Leia Oliveira dos | | |
| Manaus | 13307274 | Santos. | 1 | Rodoviária |
| Manaus | 13031236 | Esc. Mul Luiz Jorge da Silva. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13029614 | Esc. Mul Santa Rosa I. | 1 | Rio Amazonas |
| | | Esc. Mul São Francisco das | | |
| Manaus | 13031384 | Chagas. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13028600 | Esc. Mul Francisco Coelho. | 1 | Rio Amazonas |
| Manaus | 13029649 | Esc. Mul Santo Andre. | 1 | Rio Negro |
| Manaus | 13029380 | Esc. Mul São Jorge. | 1 | Rio Negro |
| | | Esc. Mul Prof. Ivan Junior | | |
| Manaus | 13093703 | Saraiva. | 1 | Rodoviária |
| TOTAL | | | 67 | |

Fonte: Pereira, 2014. Relatório da formação Escola da Terra/SEMED/DEF 2014.

Em Manaus de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/ DEF/DIE) as ações da Escola da Terra envolvem o quantitativo de 56 das 88 escolas municipais da área rodoviária e ribeirinha. Na área rodoviária estão localizadas na rodovia AM 010, BR 174 Puraquequara e Tarumã. Na área ribeirinha estão localizadas no rio Negro e rio Amazonas. Em relação ao quantitativo de alunos atendidos em 2014 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das salas multisseriadas, os dados do setor de estatística da Secretaria Municipal de Educação, indicam cerca de 8.236 alunos (SEMED/estatística/DEF 2014).

A organização pedagógica das escolas do campo do município de Manaus fundamenta-se nos documentos legais tais como a Resolução de N. 03/04/2002 do



Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica a qual instituí as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, segue as propostas pedagógicas relacionadas aos Programas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação. As escolas do campo se orientam a partir de Propostas específicas da Educação do Campo tais como; Escola da Terra que atende 1º ao 5º ano em salas multisseriadas e Projeto de Educação Itinerante, que atende ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, contamos também com 07 (sete) escolas do ensino Fundamental do 6º ao 9º ano atuando conforme a organização da escola regular de área urbana.

Resultados Parciais do Programa Escola da Terra na Parceria SEDUC/UFAM/SEMED

Nossa posição de interlocução entre as diferentes esferas envolvidas no processo de formação Escola da Terra tem oferecido subsídios para que possamos falar com mais propriedade sobre a Educação do Campo amazônico, e desse modo o acompanhamento *in locu* das formações no tempo-universidade e do trabalho de tutores no tempo-escola-comunidade. Isso confirma nossa hipótese de que a formação Escola da Terra tem aqui conseguido responder ao cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) o qual foi oficializado pela Lei 13.005 do Conselho Nacional de Educação em 2014, o qual em várias de suas metas estabelece o respeito aos profissionais da educação das redes públicas de ensino da educação básica e as especificidades da Educação do Campo. Os Planos Municipais de Educação (PME) deverão apresentar para a sociedade todas as metas estabelecidas no PNE de acordo com as necessidades de cada local, cada município e cada estado e desse modo espera-se que possa ter o olhar da gestão pública municipal para as necessidades da escola do campo, especialmente no que tange ao financiamento para melhorias metas para sua reorganização curricular pedagógica.

A fim de alcançar as metas e estratégias do PNE no que se refere aos aspectos da Educação do Campo, podemos dizer que, o processo de formação do Programa Escola da Terra é uma estratégia positiva enquanto forja a união entre esferas, entre pessoas, entre pesquisadores e professores da escola e assessores dos sistemas educacionais



público. Por meio da metodologia da alternância, do encontro no tempo-universidade os professores das escolas tem oportunidade de dialogar dentro da universidade com formadores e pesquisadores e no tempo-comunidade disseminam os saberes e se nutrem com próprios saberes da comunidade.

Trata-se de certa forma de quebra de paradigma, onde a academia se volta realmente para a realidade da escola e cumpre seu papel de extensão, de pesquisa da realidade. O estudo pesquisa e extensão são reunidos nesse evento. Os professores das escolas trazem por meio dos trabalhos escritos suas realidades, seu contexto, seus desafios, seus temores e opressões, para o chão lustrado da universidade erguida de cimento armado que, muitas vezes não reconhece verdadeiramente a realidade das comunidades, o chão de barro, o chão de águas negras e barrentas que cercam as escolas do campo amazônico, nesse processo da formação Escola da Terra todos juntos formam novo holograma de realidades epistemológicas, constroem esse novo paradigma, fundam um novo caminhar para educação do campo amazônica.

Os resultados que podemos dimensionar até aqui se referem ao entendimento que a presença das 67 comunidades representadas pelos 67 professores presentes no curso, faz real a aproximação da universidade com a comunidade externa, e do ponto de vista da gestão pública faz a aproximação entre as esferas federal, estadual e municipal, já do ponto de vista político faz mais eficaz o esforço pela melhoria da educação e até mesmo garantia de direitos humanos a população do campo. Especialmente a população do campo ribeirinha e rodoviária amazônica. Outro aspecto que podemos citar como resultado parcial até aqui registrado, diz respeito aos trabalhos desenvolvidos pelos professores em suas pesquisas sobre a própria comunidade onde se inserem como professores da escola. Os trabalhos revelam o conhecimento destes, a capacidade de refletir e a perseverança diante das anormalidades, notamos também que alguns destes professores e professoras redescobriram seu fazer, sua comunidade. O trabalho pedagógico dos professores e professoras diz respeito à reflexão também sobre o rendimento da aprendizagem de quase cerca de 8.236 estudantes que são atendidos nas salas multisseriadas, ao que podemos destacar o enfrentamento ao desafio de



reorganizar pedagogicamente as salas multisseriadas junto ao projeto político pedagógico da escola entre outros.

Considerações Parciais

Em linhas gerais, até o momento entendemos que o Programa Escola da Terra se caracteriza como um desdobramento positivo das estratégias para fortalecimento da Educação do Campo estabelecidas desde a regulamentação das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo (n.03/CNE/CEB/ 2002) e das legislações atuais como o PRONACAMPO, mas, sobretudo do reconhecimento valorativo da população de áreas rurais agora reconhecidas como populações do campo assumindo esse novo conceito que sinaliza a mudança no trato das questões dos sujeitos do campo seja ribeirinho, campesino, das florestas, caçadores, pescadores, etc. Trata-se de um investimento na formação continuada dos professores do campo que mais adiante se espera que impacte no rendimento da aprendizagem dos alunos, e na legitimação de direitos negados.

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB** (Lei nº 9394/96). Rio de Janeiro: Qualithmark. Editora, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Constituição Federal de 1988**. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 21/10/2013.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº 5692/71). Disponível; <http://www.pedagogiaemfoco.br> . Acesso em 20/11/2013.

_____. Ministério da Educação – **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério da Educação – **Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo**.

Referência para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília /DF. 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2014/07/entenda-o-pne>. Acesso em 15/08/2014

_____. Ministério da Educação – **Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referência para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

_____. **Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais da Educação Básica**. Brasília /DF. 2013.

_____, **Ministério da Educação. Programa Nacional para Educação do Campo – PRONACAMPO**. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília. 2013.

CALDART, R. S.. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, J. E.; CERIOLO, P. R.; CALDART, R. S.. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: DF, 2002.

CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF, 2000

FREIRE, P.. **Pedagogia do oprimido**. 39º ed. Rio de Janeiro Paz e terra. 2004.

GHEDIN, E. FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. Ed. Cortez. São Paulo. 2008.

_____, E. & BORGES, H.S. **Educação do Campo; a epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus. UEA/edições. 2007.

Pereira, W. S. C. **Relatório de formação Programa Escola da Terra**. Secretaria Municipal de Educação Manaus. Divisão de Ensino Fundamental. 2014.